



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 5 - 2025/2029

Data da Sessão : 29 de abril de 2026

Início da sessão: 16:00 horas

Términus da Sessão: 19:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

Nuno Fernando Bento Neto, Cláudia Sofia Marques Cordeiro, César Manuel Guerra Sequeira Estrela, Nuno Manuel Pedro Barreta, Margarida Isabel Mendes Martinho, Gustavo Miguel Alexandre Gaspar, Ana Teresa Marques de Matos, Leotina Isabel Diogo, José Manuel Saldanha Rocha, Nuno Filipe de Oliveira Lopes Serras, Vera Lúcia Marques da Silva, João Alexandre, Anabela Borralheiro Pereira, Domingos, Martins Alves, José Casimiro Gonçalves Pereira, Filipa Alexandra Martins Garcia, Nuno Miguel Matias Tavares Carla Cristina Marques Martins, Miguel Alves de Matos, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, Daniel Fernando Marque Lopes Jana

Faltas Justificadas: Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, Luís Filipe Cordeiro de Matos, Catarina Martins, Pedro Manuel Marques Jana, Francisco Manuel Neto Dias Correia e Carla Isabel Silva Loureiro

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Acta N.º 5 - 2025/2029
29 de abril de 2026

-----**INICIO**-----

--- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas dezassete horas, reuniu ordinariamente no Salão nobre da Câmara Municipal de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**
- 2) Informação relativa ao Levantamento e Regularização do Património Imobiliário Municipal (ponto de situação e ações subsequentes);**
- 3) Análise e eventual deliberação relativa ao Código de Conduta do Município de Mação;**
- 4) Análise e eventual deliberação relativa à 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2026;**
- 5) Discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação relativas ao ano de 2025;**
- 6) Análise do parecer do Revisor Oficial de Contas;**
- 7) Discussão e votação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mação;**
- 8) Discussão e votação de proposta de nomeação do auditor externo do Município de Mação.**

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Sr. Presidente da Mesa procedeu à instalação do vogal Nuno Manuel Pedro Barreta, com o Cartão de Cidadão nº 10542194 válido até 21 de junho de 2028, do vogal Leotina Maria de Lurdes Isabel Diogo, com o Cartão de Cidadão nº 04871074, válido até 3 de agosto de 2031, do vogal João Miguel Fontes Alexandre, com o Cartão de Cidadão nº 15180221, válido até 21 de janeiro de 2027, do vogal Anabela Borralheiro Pereira, com o Cartão de Cidadão nº 10875529, válido até 25 de outubro de 2028.

Faltaram a esta sessão faltaram os vogais Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, Luís Filipe Cordeiro de Matos, Catarina Martins, Pedro Manuel

Marques Jana, Francisco Manuel Neto Dias Correia e Carla Isabel Silva Loureiro, que justificaram as suas faltas em devido tempo e foram substituídas, pelos vogais respetivamente, Filipe de Oliveira Lopes Serras, Leotina Maria de Lurdes Isabel Diogo, Anabela Borralheiro Pereira, João Miguel Fontes Alexandre, José Casimiro Pereira e Nuno Manuel Pedro Barreta.

O Sr. Presidente da Mesa iniciou a sessão cumprimentando os presentes e dando conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente as justificações dos vogais que faltam a esta sessão, o Relatório de Atividades da CPCJ de Mação de 2025, moção da Assembleia Municipal de Tomar, informação da CIMT e carta de uma trabalhadora da Câmara Municipal de Mação expondo uma situação exposta na última sessão desta Assembleia, relativa a um processo disciplinar que teve a sua tramitação na Câmara e a resposta será a mesma da sessão anterior, ou seja, a Assembleia Municipal não tem competência para se pronunciar, e deixa a correspondência disponível para consulta dos membros da Assembleia e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

Continuou colocando à discussão a acta da sessão de dia 25 de fevereiro de 2026. Em seguida colocou a mesma à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quatro abstenções dos vogais que não estiveram presentes na sessão de 25 de fevereiro de 2026.

--- O vogal Domingos Alves iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou referindo que tem havido no nosso concelho muitas atividades que percorrem o território e os organizadores das mesmas sinalizam os percursos com fitas de plástico que no final não retiram, e o que se verifica é os nossos campos cheiros das referidas fitas, que não se degradam pois são de plástico e questiona como será possível resolver esta situação. Continuou, relativamente aos donativos e ajudas para as vítimas da tempestade Kristin, questionando se as mesmas já chegaram às pessoas, se já houve quem tivesse recebido e qual é o ponto de situação desta matéria. Continuou solicitando informação sobre como se encontra o processo da requalificação do troço da estrada que liga Envendos à A23 e se já há alguns timings previstos para a mesma. Em seguida solicitou informação sobre como está a correr a situação do Carro Saúde, qual a aceitação das pessoas ao mesmo, pois pensa que o mesmo já está a funcionar em Amêndoa e Cardigos. Mais referiu que



considera que a Extensão de Saúde de Amêndoa necessita ser requalificada e questiona sobre se essa requalificação está prevista e para quando. Termina a sua intervenção solicitando informação sobre as AIGP's pois considera que este é um processo que começou mal e irá acabar mal porque, de facto, de início a lei não foi cumprida, as pessoas não foram ouvidas, o município fez projetos para os particulares sem falar com eles e agora, depois deste caminho todo andado, não fazem notificações aos proprietários que a lei impõe sobre o que devem fazer e as ajudas que existem e prevê que, a continuar assim isto vai correr mal e é uma oportunidade perdida pois nunca mais vai haver uma hipótese como esta de se fazer qualquer coisa pela nossa floresta e pela nossa agricultura. Mais referiu que, desde 1980, as pessoas têm visto tudo a arder e as coisas a desaparecer, mas pagam IML, quando vendem madeira pagam IRS e agora, que veio a oportunidade de dar um jeito a isto, de melhorar, de fazer algo pela nossa floresta, estamos neste impasse à espera das notificações há dois anos.

--- A vogal Cláudia Cordeiro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou felicitando o executivo pelos eventos levados a cabo na comemoração do Dia do Município, que deixou de ser um dia que apenas se apresentava no calendário e passou a ser efetivamente vivido pelos munícipes e prova disso foi a moldura humana que se constituiu durante o dia a acompanhar as diversas iniciativas, que provou que as pessoas valorizam a comemoração e o assinalar das coisas. Mais deixou uma palavra de felicitação e agradecimento relativamente à visita do Sr. Presidente da República e solicita informação sobre algo que tenha sido conversado com o mesmo e que seja de interesse dos munícipes e, neste âmbito, questiona sobre o ponto de situação dos apoios às pessoas do nosso concelho que apresentaram as candidaturas ao mesmo. Continuou solicitando informação sobre o estado dos estradões florestais do concelho, pois considera que vamos entrar numa altura do ano com risco de incêndios acentuada e os estradões são muito importantes. Mais referiu que, ainda relacionado com a chegada do verão, solicita informação sobre ponto de situação e preparativos que estejam a ser feitos nas praias fluviais do concelho, pois com a passagem da tempestade terá havido algumas situações que estejam a comprometer a abertura das mesmas, dado que o início da época balnear se aproxima. Continua solicitando informação sobre se



a Câmara teve algum contacto da IP ou alguma informação fidedigna sobre a reposição da circulação de comboios na linha da Beira Baixa, no troço em que a mesma foi interrompida. Terminou a sua intervenção referindo que a Tejo Ambiente enviou duas cartas muito específicas, nomeadamente uma delas a tornar obrigatória a reposição de alguns contadores que afetam, inclusivamente, edifícios devolutos, que temos imensos e solicita à Câmara que, se possível, possa intervir e apoiar as pessoas naquilo que seja necessário fazer. Referiu mais uma carta da Tejo Ambiente, do seu conhecimento, dirigida a uma IPSS e a uma Santa Casa, com o aviso de que, a partir do dia 1 de junho de 2026, vão pagar valores extra fatura, pelos contentores de lixo, tendo conhecimento que alguns desses contentores se encontram na via pública e considera que estas são situações que devem ser cuidadas pois estamos a falar de organizações que cuidam dos nossos e substituem o Estado e são tratadas como empresas com fins lucrativos e considera esse facto um pouco revoltante e que têm todos de olhar para o que está aqui a acontecer e intervir no que for possível.

---A vogal Anabela Borralheiro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Em seguida questionou se, com a obra nos passeios da Avenida Sá Carneiro, a fibra estará contemplada para aqueles moradores daquela zona, que têm já reivindicado bastante esta possibilidade.

--- O vogal Nuno Serras iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou solicitando informação sobre os danos do edificado municipal nas freguesias, com a passagem da tempestade Kristin e se já foram contabilizados os prejuízos nesse mesmo edificado e se foi feito algo para possíveis apoios a esses estragos. Continuou referindo que, ainda em consequência da passagem da tempestade as sinalizações verticais ficaram bastante danificadas, estando alguns problemas resolvidos e outros por resolver e solicita informação sobre esta matéria.

--- O vogal César Estrela iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou apresentando a seguinte intervenção:

“Assistimos nos últimos tempos a um crescendo de contestações à construção e implementação de uma unidade de produção de ovos a menos de 3 quilómetros do centro da vila de Mação. Não sabendo o que é aqui verdade ou o que é mentira, o que é certo é que nós vivemos numa época em que a

política amadora ou profissional, desvaloriza os factos e aposta muito em narrativas. Vão sendo apresentadas ideias, falsas algumas, e também opiniões para gostos variado, ora essas ideias e opiniões, não sendo esclarecidas, desmentidas algumas, passam a ser verdades alternativas e contrariam factos, contrariam a ciência e contrariam o senso comum. Factos, existe um projeto para instalação de uma unidade da empresa Uniovo, creio que para a construção de dois pavilhões para a recolha de ovos de 800.000 galinhas num terreno de alguns hectares. Este projeto tem impacto no ambiente, na saúde pública, na qualidade de vida, no trânsito e na paisagem, mas também o terá na economia. No que diz respeito à ciência, este projeto de implementação esteve, está ou estará sempre assegurado e deve obedecer a todas as normas inclusive ao Plano Diretor Municipal, obedecer a uma estratégia de desenvolvimento local, observar o potencial turístico, prever o benefício e o prejuízo a curto prazo. Quanto ao senso comum, poluição atmosférica, poluição de recursos, solo e água, poluição sonora, retrocesso na qualidade de vida. Considerando normal que os cidadãos e até entidades se oponham a quase tudo, importa compreender aqui os motivos de tamanha contestação. Perante isto, solicito que se informe a população sobre a figura de gestão territorial a ser utilizada, sobre a avaliação ambiental e o modelo de licenciamento sobre o que e quando vai acontecer a consulta pública.

Outro assunto é a Feira Mostra. Todos os anos se repete o mesmo milagre, são muitas as pessoas que se dispõem a cruzar caminhos para entrar aqui numa cápsula de tempo onde 1992 ainda é visto como futuro. O que é facto é que a 31ª Feira Mostra de Mação vai acontecer nos dias 1 a 5 de julho, provavelmente igual a tantas outras que já aconteceram. Isto é uma opinião pessoal, aquilo vai ser um festival que não é um festival, onde a gastronomia não está em mostra e tem em vista apenas algum lucro, os chamados restaurantes da Feira não apostam nos saberes e comeres da terra, limitam-se a contar cabeças nas filas de espera para comer e essas filas, algumas vezes, duram mais do que o próprio evento. Na animação, algumas bandas vêm debitar musica, alguns ainda ouvem e outros só vêm confirmar se aqueles artistas ainda respiram. É uma celebração que não é celebração, aquela de devia ser a festa da comunidade, um local de partilhas, apresenta alguns debates sobre tudo ou quase nada, alguns workshops onde todos estão à

espera do “tiro de partida” para atacar no balcão e beber um copo entre duas lascas de presunto. É um ajuntamento que não é um ajuntamento, é antes um arraial onde podem aparecer velhos amigos, cujo encontro se resume à pergunta “sempre vieste” ou “bebes uma”. No fundo até existe aqui uma ternura na minha opinião, famílias inteiras tratam este evento como romaria anual onde não vêm ver nada, ainda lhe chamam “Feira Amostra”, mas brevemente podem chamar-lhe feira das minis, feira das bifanas ou feira dos kebabs, ou o que for. As pessoas vêm porque sim ou porque a chanfana e as bifanas com minis não são coisas para se discutir, comem-se e bebem-se. No fim até tem graça, mas é uma graça de velório, a feira que nunca o foi, tornou-se numa mostra que nada tem para mostrar, é como a vigília decadente de um cadáver que já está atrasado e teima em não ser enterrado. A questão é esta, se estão de acordo comigo ou se estão dispostos a refrescar isto, a tornar isto mais fresco e mais atrativo.

Outro assunto. Mação é, como outros concelhos, um concelho onde a população estrangeira está a crescer de forma significativa. A Câmara tem responsabilidades na gestão do território e nesse sentido pergunto se a Câmara de Mação sabe quantos, número e nacionalidades, quem são, homens ou mulheres, onde estão, habitações, alugadas ou cedidas, e o que é que fazem. Existe algum serviço de acolhimento, algum serviço de apoio à integração de migrantes que responda às dificuldades sentidas, especialmente no acesso à informação, habitação, emprego, serviços públicos? Existe algum plano de integração da comunidade migrante? A Câmara de Mação tem identificadas algumas medidas ou tem definidas algumas formas de abordagem ou tratamento nas áreas como a educação, a habitação, mercado de trabalho, combate à discriminação? Supondo que, na educação é possível saber isso, pois sabe-se quem são os alunos matriculados, sabe-se ao certo quais são as nacionalidades, mas existe algum plano de reforço na aprendizagem da língua e da cidadania? Na habitação, conhece a Câmara o que há de alojamentos, quantidade, qualidade, qualificação, disponível ou acessível? O acesso à saúde é outra das dificuldades no acesso a médico de família (inclusive para quem cá vive há mais tempo) ou desconhecimento do que é o Serviço Nacional de Saúde, está algo previsto para esta área? “

--- O vogal Nuno Barreta iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou solicitando informação sobre ponto de situação dos apoios aprovados aos produtores de ovinos e caprinos e da apicultura, aprovados pelo executivo anterior, uma vez que já acabou o período de candidatura e ainda não foram efetivados junto de quem de direito. Mais referiu o problema da vespa velutina que considera ser um problema de saúde pública e com repercussões económicas que está a afetar todo o país e, neste sentido, solicita informação sobre colocação de armadilhas para estas vespas que, normalmente são colocadas pelos técnicos de Proteção Civil Municipal, pois este ano ainda não viu essas armadilhas. Relativamente à tempestade Kristin, em primeiro lugar para felicitar o Sr. Presidente da Câmara pela forma como o mesmo esteve no terreno, junto da população, bem como os elementos da Proteção Civil e demais organismos e em segundo lugar questiona sobre o que está previsto fazer ou que já foi feito nas nossas IPSS, Centro de Saúde e entidades similares porque a legislação aponta para que, sempre que é licenciada uma instituição destas, a mesma tem de ter um gerador ou similar, que garanta a sobrevivência das instituições e dos seus utentes e, como sabemos, as mesmas não são possuidoras desse equipamento. Mais referiu que no mandato anterior foi feita uma proposta para aquisição de geradores para oferecer às IPSS do concelho, mas o PSD não acompanhou a proposta e por isso não foi efetivado. Solicita informação sobre se o novo executivo tem algo pensado neste sentido pois considera o mesmo fundamental para estas instituições.

--- O vogal Saldanha Rocha iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou solicitando informação sobre ponto de situação da questão do aviário, pois há muito ruído sobre o assunto e não é bom para a comunidade nem para o dia a dia dos mesmos. Mais solicitou informação sobre ponto de situação das obras de Cardigos e se houve mais algum alargar do último prazo para a finalização das mesmas. Continuou referindo que, na sequência da tempestade que ocorreu e dos estragos causados pela mesma, gostaria de ter informação sobre candidaturas apresentadas para apoios e se, eventualmente, já houve algum retorno dessas mesmas candidaturas. Terminou felicitando o executivo pelo Dia do Município pois foi um dia com

muitas atividades, grande envolvimento da população nas mesmas, o que considera ter sido uma aposta muito interessante.

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes em também os que acompanham a transmissão desta sessão. Continuou referindo que, relativamente à questão do vogal Domingos Alves e no que diz respeito à sinalização de provas que fica depois das mesmas, já estão a ser feitos os contactos com as associações nesse sentido e, a partir de agora, no licenciamento que é feito para estas atividades, a condição é que têm, obrigatoriamente, que retirar essas fitas após o termino da prova. Relativamente às ajudas para os prejuízos da tempestade informou que o Município de Mação, logo no dia 28 e seguintes, alocou todos os recursos técnicos para poder ajudar as populações naquilo que era o socorro e naquilo que eram, depois, as candidaturas às ajudas e, primeiramente foi feito o levantamento dos prejuízos e, mais tarde, quando começou a sair a legislação para candidaturas aos apoios para primeira habitação, foi feita a divulgação e as candidaturas, com o apoio das Juntas de Freguesia que tiveram um papel fundamental nesta matéria, bem como dos técnicos da Câmara. Mais informou que foram elaboradas 206 candidaturas de prejuízos nas habitações, e nas mesmas temos 34 já pagas, cerca de 200.000,00€ entregues às pessoas, temos 56 candidaturas que aguardam documentos das pessoas para completarem essas candidaturas, temos 9 que foram rejeitadas e cerca de 130 que estão aprovadas para pagamento, tendo sido o valor total de prejuízos apresentados nas candidaturas de 1.031.000,00€. Mais referiu que os apoios estão a chegar às pessoas, ainda que lentamente, mas em relação aos seguros, os mesmos estão a dificultar imenso, relativamente aos apoios às empresas, ainda está a decorrer o período de apresentação das candidaturas, nomeadamente as das explorações agrícolas estão praticamente todas validadas, mas que tenhamos conhecimento, ainda não foram efetuados pagamentos. Relativamente à requalificação da estrada de Envendos para o nó da A23, informou que aquela é uma estrada nacional, da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal (IP), existem vários processos no passado sobre aquela estrada, em 2022 houve um processo entre a Câmara e a IP, tendo a Câmara cumprido com tudo aquilo que foi acordado entre as duas entidades, o Município devolveu o processo à IP e, até ao momento, não obteve qualquer

resposta sobre o mesmo. Mais informou que, há cerca de 15 dias, teve mais um contacto com o responsável local, também por causa da sinalização, porque grande parte da sinalização que ainda não está reposta tem a ver com as estradas nacionais e está a aguardar a marcação de uma reunião para expor e tentar resolver o assunto da estrada de Envendos e a sinalização e também o estado em que se encontra a EN244, desde o nó da A23 até Mação e de Mação até ao cruzamento do Barracão que está num estado lastimoso. Em relação ao Carro de Saúde informou que o mesmo está a funcionar e foi disponibilizado para Vales de Cardigos e para a freguesia de Amêndoa, porque as instalações do Posto de Saúde de Amêndoa não oferecem condições para poder funcionar e Vales de Cardigos por ser mais distante da sede do concelho. Informou ainda que o Carro de Saúde esteve também a funcionar em Ortiga durante um período de tempo, porque o Posto de Saúde tinha um problema com uma infiltração que já está resolvida, tendo sido retomada a normalidade. Referiu ainda que tem tido a informação que as pessoas estão satisfeitas com o Carro de Saúde pois além das consultas de enfermagem têm também as teleconsultas e assim não têm de se deslocar a Mação. Relativamente ao pedido sobre as AIGP's referiu que este é um assunto complexo, que carece de análise profunda, a Câmara não dispõe, neste momento, de jurista e teve de recorrer a um gabinete externo que estará menos por dentro deste assunto e, portanto, oportunamente o executivo fará chegar-lhe a informação.

Relativamente às questões apresentadas pela vogal Cláudia Cordeiro, e relativamente ao Dia do Município, também referido pelo vogal Saldanha Rocha, referiu que aquilo que o executivo tentou foi viver com alegria esse dia e considera que esse objetivo foi conseguido, e gostou de ver a satisfação das pessoas relativamente a essa questão. Em relação à visita do Senhor Presidente da República, referiu que também foi um momento que o executivo teve de organizar muito rapidamente pois os contactos foram feitos muito em cima da hora e com a pressão dos feriados da Páscoa e do Dia do Município gerou alguma pressão, mas considera que foi um momento muito importante para o Concelho de Mação que o viveu com determinação e, da parte do executivo houve um esforço para que este fosse um momento de excelência para o nosso concelho. Mais informou que esta visita tinha a ver com uma

Presidência Aberta sobre a tempestade Kristin e a questão das inundações e a Câmara entregou-lhe um memorando que incidia sobre essas questões e também um item sobre os problemas com as estradas. Mais referiu que conversaram um pouco sobre essas questões e também sobre as insatisfações que se faziam sentir no que dizia respeito às comunicações, pois ainda há postes no chão, cabos no chão e pessoas que ainda não têm telefone fixo nem fibra. Relativamente ao estado dos estradões florestais informou que essa foi a preocupação seguinte à tempestade e à desobstrução das vias municipais, pois, especialmente na zona norte do concelho, mas também no resto do concelho, ficámos com os estradões florestais todos impedidos e temos duas realidades, ou seja, uma que é a área das AIGP's, da responsabilidade da AZR e outra área fora das AIGP's da responsabilidade da Câmara e tem-se conseguido ir coordenando os trabalhos e foi-lhe transmitido que as áreas da responsabilidade do município estão a 95% da conclusão de desobstrução e dentro das áreas das AIGP's estariam a 70%, faltando assim já muito pouco para a sua conclusão e todos estão muito empenhados para a resolução rápida desta situação e espera que, no final de maio todos os caminhos florestais estejam operacionais. Em relação às praias fluviais a Câmara está a fazer um esforço enorme no sentido de conseguir abrir a época banhar no dia 13 de junho, sendo que as praias ficaram cheias de árvores e a primeira coisa a fazer é retirar essas árvores. Mais referiu que estavam programadas algumas obras nas praias antes da abertura da época banhar o que muito provavelmente não vai ser possível e terão de ficar adiadas para o próximo ano, porque agora, depois da retirada das árvores tem de se cuidar das relvas e das piscinas para se poderem abrir na data prevista. Relativamente aos comboios referiu que, nas conversas que vai mantendo a ideia era que seria uma reparação rápida, mas depois já teve informação que não vai ser rápido e será talvez uma reparação para durar um ano, pelo que terão de ser equacionadas as questões dos transbordos que poderão ser insuficientes e haverá necessidade de conversar com a Câmara de Abrantes e de Gavião sobre esta matéria. Relativamente à Tejo Ambiente e às faturas mencionadas, informou que, ontem mesmo, realizou-se uma reunião do Conselho de Administração da Tejo Ambiente na qual não pode estar presente pois não fazemos parte do Conselho de Administração, mas já está a recolher informação sobre as

situações apresentadas para se tentar perceber o que se está a passar nessa matéria.

Relativamente à intervenção da vogal Anabela Pereira e à questão das obras na Avenida Sá Carneiro, informou que a questão da fibra não está contemplada na obra. Mais referiu que a fibra passa na referida Avenida, passa ao Pereiro, vai para Castelo e Aldeia de Eiras, tendo essas localidades fibra e Pereiro e Vale de Mação não têm esse serviço que lhes passa “à porta” e terá de ser feita insistência junto das empresas para um reforço, de forma a que esses dois locais também possam usufruir do referido serviço, pois as infraestruturas estão lá. Relativamente à intervenção do vogal Nuno Serras e ao valor dos estragos do edificado municipal causados pela tempestade informou que o valor encontrado dentro dos prejuízos daquilo que é público no concelho, nas estradas, nos rails, nas associações, nas Juntas de Freguesia, nos edifícios municipais, nos sinais de trânsito, é um valor próximo dos 6.000.000,00€ e, relativamente a isto referiu que ainda ninguém sabe como é que isto vai ser pago, sendo que somente pode ser comunicado à CCDR estes valores e, neste momento ainda não temos indicações como vai ser pago o socorro ou mesmo se vai ser pago, não temos indicações sobre como vão ser ajudados os municípios para este tipo de estragos, não temos indicações como é que as Juntas de Freguesia e as associações se poderão candidatar a estes fundos, tendo estes prejuízos sido comunicados junto com os prejuízos do município e, na semana passada foi informado que iria ser pago um adiantamento relativamente a estes valores e o município de Mação recebeu um adiantamento de 667.000,00€, mas não há informação sobre a formula pela qual foi encontrado aquele valor.

Relativamente à intervenção do vogal César Estrela, e sobre a possibilidade de implantação de uma unidade de produção de ovos, informou que não se pode falar em projeto pois não entrou ainda qualquer projeto na Câmara com essa finalidade e, quando o projeto entrar será divulgado junto da população. Mais referiu que o executivo tem intenção de fazer consulta pública e tem acertado com a referida empresa que, quando houver projeto haverá uma sessão de esclarecimento pública para apresentar às pessoas para que as mesmas tenham conhecimento do projeto. Mais informou que neste momento, não tendo entrado qualquer projeto na Câmara, estamos apenas a falar de

suposições e aquilo que defende é que não é favor nem contra o projeto, bem como que se faz uma grande confusão entre aviário e centro de produção de ovos, porque uma coisa é uma unidade que faz criação de frangos, com abate diário desses frangos e outra coisa é uma unidade de produção de ovos, com produção diária de ovos, pois é diferente a forma como ambas funcionam e também as consequências daí decorrentes. Mais referiu que se houver projeto, o mesmo será avaliado pelas entidades competentes para os mesmos e, neste momento a Câmara Municipal de Mação não tem opinião sobre o assunto e aguarda que o projeto dê entrada para depois analisar os pareceres das entidades competentes e depois dar o seu parecer e decidir da forma que entender ser mais correto para a nossa população e o nosso concelho. Relativamente à Feira Mostra concorda que está na altura de repensar e dar um ar mais fresco à Feira e mau era se não o fizéssemos, no entanto, para o certame deste ano os timings e os prazos são muito curtos e quando este executivo estava a começar a trabalhar nisso veio a tempestade e tivemos todos os nossos técnicos alocados a esses trabalhos até há muito pouco tempo e aquilo que o executivo definiu e achou por bem foi que tinha de haver Feira mostra, ao contrário de muitos município que cancelaram os seus eventos este ano, entendeu fazer algumas alterações que considera serem para melhorar, mas o nosso propósito será sempre ir melhorando, mas não se espere uma Feira Mostra completamente diferente dos anos anteriores pois não houve tempo, não houve recursos e também, convenhamos que se há coisas que entendemos que são para manter assim, são mantidas pois não vamos agora aqui deitar o passado todo fora só porque sim ou porque queremos fazer diferente, queremos fazer diferente e melhor, mas também honramos o que é o passado e aquilo de bom que se fez é para continuar a fazer. Relativamente aos migrantes no nosso concelho, referiu que concorda que se devia saber quantos migrantes existem no concelho, onde vivem, onde trabalham, fazer a sua integração e isso faz parte do nosso projeto político com que nos candidatámos para estar aqui e, enquanto Presidente de Junta de Freguesia sempre teve essa preocupação de saber o máximo de informação, mas enquanto Município é muito mais difícil até porque os migrantes procuram mais a Junta de Freguesia por causa dos atestados e à Câmara não vem, pelo que terá de ser um trabalho organizado e feito de outra forma, mas concorda que o

município deva ter um conhecimento maior sobre esta matéria. Mais referiu que terá de ser criada uma estrutura nova pois na legislação nada diz sobre a obrigatoriedade do migrante se declarar e por isso terá de passar por uma questão de integração, um centro de acolhimento, que considera ser muito importante pois considera essencial saber se essas pessoas estão cá e se estão a viver com dignidade porque assistimos a reportagens sobre o que se passava noutras regiões do país e o que percebíamos era a falta de dignidade com que estas pessoas viviam e, portanto, se cá estão para trabalhar devem viver com dignidade. Referiu ainda que temos no Agrupamento de Escolas 78 meninos estrangeiros, o que significa que já temos aqui uma grande comunidade, maioritariamente de brasileiros e angolanos e é propósito deste executivo avançar com esse trabalho para um apoio à integração dessas pessoas na nossa comunidade, porque já temos factos concretos em Mação de famílias bem acolhidas e que estão perfeitamente integradas e que algumas delas foram acompanhadas pelo CLDS 4G e isso é importante pois essas pessoas são bem vindas a Mação quando vierem por bem pois ajudam a nossa comunidade porque temos necessidade de recursos humanos para muitas áreas onde não temos pessoas para desenvolver trabalho nas mesmas.

Relativamente à intervenção do vogal Nuno Barreta e à questão dos apoios aos produtores de ovinos e caprinos e aos apicultores, referiu que os produtores devem fazer as candidaturas pois está aprovado esse apoio e os pagamentos serão feitos conforme o regulamento existente para essa matéria. No que diz respeito ao Combate à vespa asiática referiu que, neste momento, não possui informação sobre o passado, mas este ano ainda só foi detetado um ninho, em Roda de Cardigos, o que significa que as coisas estão um pouco melhor e a conclusão a que chegamos relativamente a este assunto é que a tempestade terá provocado a derrocada de muitos destes ninhos, o que lhe parece razoável, mas o executivo está atento a essa situação e já renovou o contrato com a CIMT para se continuar a fazer a eliminação dos ninhos da vespa asiática. Relativamente à questão dos geradores nas IPSS's e outras entidades similares referiu que o executivo está um pouco expectante nesta matéria porque o Sr. Secretário de Estado da Administração Local anunciou que todas as Juntas de Freguesia vão ter um gerador e um rádio e, entretanto, em algumas reuniões com o Ministério da Economia a situação apontada era



que as escolas, a GNR poderiam vir a ter geradores e que os licenciamentos futuros iriam ter essa condição de ter gerador e, por isso, estamos a aguardar um pouco aquilo que possa sair na legislação, mas é propósito deste executivo instalar em definitivo, em todas as IPSS's, nas escolas e edifícios públicos, as condições para instalação fácil de um gerador porque, durante a noite do dia 28 de janeiro, foi com muita dificuldade que se conseguiu colocar geradores em todas as IPSS's porque as mesmas não estavam preparadas a nível de eletricidade para essa montagem.

Relativamente à intervenção do vogal Saldanha Rocha e em relação à questão da unidade produtora de ovos, concorda que há muito ruído e considera que não se deve alimentar o mesmo pois teremos de esperar pelo projeto, que a empresa poderá até não conseguir viabilizar junto das entidades competentes para dar parecer sobre o mesmo, antes de enviar à Câmara pois a mesma só se pronunciará com esses pareceres no projeto. No que diz respeito às obras de Cardigos informou que a Câmara teve alguns constrangimentos relativamente à mesma, conforme já se foi falando, depois mais o problema da tempestade que obrigou o executivo a desviar o foco, mas este executivo sempre entendeu que Cardigos e a população de Cardigos ficaria melhor se fosse o empreiteiro inicial a terminar a obra pois se assim não fosse iria ser despendido muito mais dinheiro do erário público. Mais informou que levou algum tempo, mas o executivo conseguiu fazer um acordo para a conclusão da obra e, neste momento, o prazo estabelecido para a finalização da obra é dia 15 de setembro de 2026.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente da Câmara informou ainda que foi deliberado por unanimidade na Câmara atribuir um voto de louvor à Associação de São Bento pela forma digna como recebeu o Senhor Presidente da República e a respetiva comitiva e deixa também um agradecimento à Junta de Freguesia de Cardigos na pessoa do seu Presidente pela forma como acompanhou, colaborou e bem soube trabalhar este assunto com a Câmara. Mais informou que, relativamente às Presidências Abertas, a



primeira foi interrompida no dia 28 de janeiro, depois foi realizada a de Cardigos e a de Carvoeiro e o executivo está agora a realizar a Presidência Aberta em Amêndoa esta semana. Mais informou que foi deliberado em Reunião de Câmara a aquisição de três imóveis na Rua Padre António Pereira de Figueiredo, em frente ao edifício da Câmara. Informou também que, no dia 10 de junho de 2026, à semelhança dos anos anteriores, vai decorrer uma cerimónia de homenagem aos antigos combatentes, com o apoio do Núcleo de Abrantes da Liga dos Combatentes. Relativamente às habitações a custos acessíveis, informou que o procedimento dos 12 fogos do Bairro de Santo António está em fase de adjudicação e os 2 apartamentos do Calvário estão em fase de elaboração dos projetos energéticos. Mais informou que o Município de Mação recebeu a Bandeira de Mérito Social, com a candidatura do Clube Sénior de Mação, sendo que das 700 candidaturas foram aprovadas 148, tendo Mação sido uma delas. Informou ainda que a Câmara tem uma candidatura a decorrer para uma Unidade Móvel de Serviços Sociais e Públicos que será colocada a circular em todo o concelho para poder dar um apoio ainda mais direto às populações do concelho.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: 2) **Informação relativa ao Levantamento e Regularização do Património Imobiliário Municipal (ponto de situação e ações subsequentes);**

--- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção referindo que esta informação advém de um trabalho muito profundo que está a ser feito nesta matéria. Mais referiu que tem memória de ter solicitado esta informação há cerca de dois anos, quando era membro da bancada do PS nesta Assembleia Municipal pois o património do Município era uma das situações que, na Prestação de Contas e na Certificação Legal de Contas do ROC, era sempre apontada a questão dos problemas com o património e o executivo decidiu avançar com esta matéria, que é muito intensiva e delicada, que obedece a muito trabalho porque o município tem muitos imóveis, muitas situações que foram feitas e bem, para avançar com projetos importantes, mas que depois não concretizou as escrituras por alguma razão e isso agora é uma fatura que se vai pagando com as contabilidades mais modernas e a necessidade de ter tudo isto operacionalizado e esse processo está a decorrer. Mais informou que



o documento aqui presente é uma informação sobre o estado em que se encontra esse trabalho, está a ser feito um levantamento criterioso dos imóveis que existem registados nas finanças e não estão registados na Conservatória, dos que estão registados e dos que não estão registados de todo, muitos destaques para fazer de algumas propriedades. Mais referiu que são estas situações que não vai ser possível resolver de um dia para o outro, até porque este processo já vem de há quase dois anos, mas estamos a evoluir e é importante que, a partir de agora tudo o que seja do município se faça logo em condições, mas também é importante que se vá regularizando esta situação. Mais referiu que não foi possível colocar uma meta para ter isto regularizado pois depende de muitos terceiros e, portanto, este é um ponto de situação e vamos continuar com este trabalho para que possamos, um dia, ter o retrato mais fiel e mais objetivo daquilo que é o património do Município de Mação e o seu valor e espera que, para o próximo ano, quando se voltar a este assunto, se verifique uma evolução bastante grande nesta matéria.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: 3) **Análise e eventual deliberação relativa ao Código de Conduta do Município de Mação;**

--- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção referindo que o Código de Conduta é um documento obrigatório nos municípios, que deve ser aprovado, publicado e divulgado, cuja legislação já tem cerca de vinte anos. Mais referiu que importa que este Código de conduta vá sendo adaptado, por um lado à legislação em vigor e, por outro lado a novas realidades das organizações porque a realidade do município hoje é diferente da realidade de há alguns anos atrás, o que obriga a alterações significativas nesta matéria, decorre da Lei e é um documento que o executivo considera estar adaptado à legislação e à realidade da instituição. Mais referiu que, como neste momento o município não tem jurista e, por isso, a elaboração destes documentos tem estado a ser coordenada pela Chefe de Divisão de Recursos Humanos em conjunto com um Gabinete Jurídico externo e pelo encarregado de Proteção de Dados e consideramos que está devidamente adaptado à realidade atual.

--- O vogal Nuno Serras iniciou a sua intervenção referindo que no Código de Conduta anterior existia a figura do Gestor de Ética que agora será substituído pelo Responsável pelo Cumprimento Normativo e solicita informação sobre

quem será nomeado para este cargo, com que critérios será feita a escolha e com que garantias de independência essa pessoa vai ter. Mais referiu que o Código de Conduta refere o regime de ofertas e sobre ele cada vez temos mais notícias na comunicação social, e solicitou informação sobre como será controlado o regime de ofertas pois não é referido quem é que faz a sua estimativa, com base em que critérios. Sugeriu que fosse incluída uma referência ao leque de avaliação para evitar algum motivo de subjetividade. Referiu ainda que, em relação aos canais de denúncia, considera, no seu entender, que falta explicitar, pelo menos em termos mínimos, quem recebe e quem faz a triagem, se é uma unidade autónoma ou se é esse tal Responsável do Cumprimento Normativo. Questionou ainda, relativamente às regras de gestão de conflito, quando for feita a denúncia, se incide sobre o próprio Responsável do Cumprimento Normativo ou sobre os dirigentes, ou seja, quem é que faz a gestão do conflito, de forma a não haver subjetividade.

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente às questões colocadas pelo vogal Nuno Serras, esta não é uma matéria que domine, e considera necessário uma grande preocupação e empenho de todos os intervenientes e é isso que tem havido, com grande esforço da Chefe de Divisão de Recursos Humanos nos contactos com o Gabinete Jurídico, de forma a poder aprimorar este documento e considera que pode haver algumas pequenas falhas. Mais informou que o Canal da Denúncia está já a funcionar online. Relativamente ao Regime das Ofertas, existe o Código de Conduta, mas também existe legislação específica com as sanções previstas, pelo que terá de ser feita uma coordenação entre o documento e a legislação para que não se verifiquem situações que não estejam previstas na Lei. Em relação ao Responsável do Cumprimento Normativo, referiu que, após aprovação do documento, o executivo terá de perceber muito bem como é que se irá processar, pois a ser alguém interno poderá ser um jurista que tem esse normativo, mas de momento não temos jurista o executivo haverá de definir e colocar este Código em prática, porque, neste momento, e sobre o Canal das Denúncias, e todo o RGPD, a Câmara está um pouco a trabalhar com o pessoal que tem e tentando levar “o barco a bom porto” e estamos num processo de reestruturação disto para tentarmos, com o gabinete jurídico termos depois todo o apoio nestas matérias.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, o Código de Conduta do município de Mação.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: 4) **Análise e eventual deliberação relativa à 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2026;**

----- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção referindo que, após a aprovação do Mapa de Pessoal, surgiu uma questão que tem a ver com o Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, com os Assistentes Operacionais da escola, nomeadamente com a cozinha, uma vez que a cozinheira do Agrupamento de Escolas completou 66 anos e, apesar de ter mencionado querer ficar mais algum tempo a trabalhar, não está acautelada a substituição desta funcionária. Mais referiu que, num trabalho conjunto com a Srª Diretora do Agrupamento de Escolas, que é quem tem a responsabilidade de gerir o pessoal não docente do Agrupamento de Escolas, chegámos à conclusão que não havia quem pudesse começar a assumir a responsabilidade da cozinha agora e um dia mais tarde e quando necessário por falta da cozinheira, e é este problema que urge resolver. Referiu ainda que esta alteração do Mapa de Pessoal prende-se com essa situação, ou seja, criar um lugar no Quadro para um Assistente Operacional, mas com um perfil de funções muito específico que permita fazer um recrutamento, não de um Assistente Operacional para integrar em qualquer serviço, mas sim para integrar especificamente na cozinha com esta função. Assim, esta alteração ao Mapa de Pessoal prende-se com a necessidade de podermos abrir um procedimento para um lugar para integrar na cozinha do Agrupamento de Escolas com esta função específica, para se acautelar a situação no presente e no futuro.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.



O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação relativas ao ano de 2025;**

----- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção referindo que, relativamente a este documento, vai fazer uma nova apresentação dos mesmos, com alguns slides que irão acompanhar a explicação e que ficarão anexos à acta desta sessão. Mais referiu que o documento que todos receberam com a Prestação de Contas é um documento extenso, que retrata aquilo que foi a atividade do município durante o ano de 2025. Mais referiu que estará numa situação inglória pois este documento retrata aquilo que foi a atividade, em grande parte, do executivo anterior, uma vez que este executivo esteve dois meses em funções e o antigo executivo esteve dez meses em funções, mas temos de ter toda a consciência que é o facto de que este não é um documento político e o que está inscrito no mesmo retrata a realidade, é elaborado pelos serviços e vai buscar ao sistema aquilo que foi a execução durante o ano de 2025. Deixa um agradecimento aos três funcionários que estiveram mais diretamente envolvidos na preparação deste documento, uma vez que, neste momento a Câmara está sem Chefe de Divisão Financeira e Patrimonial, pois a mesma encontra-se de baixa médica há cerca de três meses. Mais informou que, em reunião de Câmara esta Prestação de Contas foi aprovada por unanimidade pois foi entendimento de todos que assim devia ser. Em seguida fez uma breve explicação da estrutura dos documentos presentes e em seguida começou a apresentação dos referidos slides, com algumas informações sobre caracterização da Autarquia entre os anos de 2022 e 2026, em seguida referiu os encargos com pessoal e a sua evolução, que é sempre a maior despesa anual da Câmara. Continuou com informação sobre receitas, tendo sido a receita corrente de 2025 de 12.035.525,98€, a que corresponde a percentagem de 59,66%, a receita de capital foi de 3.957.366,65€, a que corresponde a percentagem de 19,65% e o Saldo de Gerência utilizado foi no valor de 4.178.644,42€. Em seguida foi mostrada a evolução da receita cobrada líquida durante os últimos anos. Seguidamente foi apresentada a taxa de execução da receita durante o ano de 2025 que foi de 86,54%, que correspondeu a níveis desejáveis, acima dos 85% que é o



objetivo mínimo da execução da receita. Em seguida foi apresentado o mapa da evolução da despesa paga, que se cifrou nos 14.300.858,00€ e em seguida foi apresentado o mapa de Despesa Total, com uma taxa de execução de 61,40%. Foi em seguida apresentado o mapa de Desagregação do Saldo Orçamental e de seguida o mapa de análise do Saldo de Gerência entre 2022 e 2025. A apresentação foi finalizada com o mapa da variação do património líquido em que o mesmo totaliza o montante de 37,4 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 1,9 milhões de euros, relativamente ao ano anterior.

O Sr. Presidente da Câmara continuou a sua intervenção referindo que, de alguma forma, a Câmara Municipal, em termos das receitas, cumpriu o objetivo dos 85%, ao nível das despesas fica nos 61%, mas há aqui algumas condicionantes, nomeadamente tiveram a ver com concursos que ficaram desertos e obras que eram previstas pudessem decorrer durante o ano de 2025 e não foi possível, se essas obras tivessem sido concretizadas o valor da execução seria, com certeza, superior. Mais refere que estas condicionantes não se mantenham, que os concursos não fiquem desertos no futuro para que não haja falta de execução, porque esta Câmara não tem o problema que muitas Câmaras têm, que é falta de solidez financeira, pois se alguma coisa que esta Câmara tem é alguma solidez financeira, está bem financeiramente e permite fazer execução e investimento e isso está traduzido nestes documentos. Termina referindo que não teve qualquer problema em votar favoravelmente estes documentos de Prestação de Contas pois as mesmas são elaboradas pelos técnicos dos serviços e refletem aquilo que foi o movimento anual da Câmara.

--- O vogal Nuno Serras inicia a sua intervenção saudando o trabalho realizado pelo executivo anterior e o que foi realizado no final do ano pelo executivo atual. Continuou referindo que a execução da receita demonstra que o Orçamento, que foi considerado o maior de sempre desta Câmara, não colocou em risco a saúde financeira do nosso município e isso é de saudar. Referiu que é positivo verificar que a nossa dívida não é muito grande, ao contrário do que acontece em muitos municípios deste país e este aspeto está controlado. Referiu ainda que a execução da despesa está efetivamente aquém do esperado por motivos que já foram referidos, nomeadamente os concursos desertos para a habitação que, agora o IHRU aumentou os valores e os

concursos ficaram cheios e que esperamos que agora as obras venham a ser concretizadas. Saudou o Sr. Presidente da Câmara pela capacidade de apresentação e considera esta nova forma é muito interessante e poderá ser muito útil para quem acompanha estas sessões em casa e não domina estas matérias.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção os documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação relativas ao ano de 2025; Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: 6) **Análise do parecer do Revisor Oficial de Contas;**

--- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção referindo que o Revisor Oficial de Contas faz uma análise das Contas e aquilo que refere neste parece é que, da alguma forma, elas se apresentam de forma material e legal, que espelham com verdade aquilo que é a situação do município, tanto a nível financeiro como a nível patrimonial. Mais referiu que, a nível patrimonial já sabemos o que cá temos, até porque, ao nível da certificação Legal de Contas vinha sempre uma situação que era recorrente e que tinha a ver com as reservas que o Revisor apresentava no âmbito do património. Mais referiu que ainda aqui são referidas algumas reservas que têm a ver com alguma contabilização, mas entende que, se houver um trabalho empenhado de todos, um trabalho participativo, a situação do município é tranquila e, portanto, o Revisor não vem mais do que certificar aquilo que já aqui foi dito e este é um trabalho que temos de continuar a aprimorar. Referiu ainda que temos algumas situações que podem ser limadas, pois durante esta Prestação de Contas houve aqui algumas lacunas e uma das principais foi não termos a nossa Chefe de Divisão presente e que pudesse fazer um trabalho direto com o Revisor, o que foi feito pelos técnicos e muito bem, foram apontados alguns aspetos que podemos melhorar, mas globalmente, a apreciação do Revisor é favorável e a sua recomendação é de que se aprovassem as Contas.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mação;**

--- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção referindo que, relativamente a este Plano, o Município de Mação tem um Plano em vigor, os chamados Planos de 1º Geração, esta é uma nova versão de um Plano de 2ª Geração, que já está em fase de aprovação, já foi dado o parecer das entidades competentes e, para que o Plano se torne efetivo carece da aprovação pela Assembleia Municipal. Mais referiu que este Plano retrata, no entender do executivo, a realidade do Concelho de Mação, faz um levantamento de todos os recursos existentes e que pode ser útil em termos de toda a atuação que o município faz na área da Proteção Civil. Referiu ainda que este Plano já tinha sido aprovado, no passado, na reunião de Câmara, voltou à reunião de Câmara porque veio de obter os pareceres das entidades competentes, mas já estava desatualizado, nomeadamente no que concerne aos nomes e identificação dos Srs. Presidentes de Junta e o executivo entendeu que esses dados deviam ser alterados e também ser integrado a informação de que as Juntas são possuidoras dos rádios de comunicações, que não se verificava na versão anterior. Considera que este Plano traduz o que é a realidade do Concelho de Mação e teremos de o aprovar para termos o nosso Plano de 2ª Geração em vigor, apesar de considerar que, por muitos planos que tenhamos, quando existe uma catástrofe, quando existe a imprevisibilidade, por norma, o planeamento é sempre a primeira coisa que falha, mas obrigatoriamente temos de o ter aprovado pois pode ser útil para se tomarem as melhores decisões em caso de necessidade e considera que este é um instrumento importante.

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mação;

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Discussão e votação de proposta de nomeação do auditor externo do Município de Mação.**

--- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção referindo que este documento foi presente em reunião de Câmara, tendo sido aprovado na mesma e, decorre da Lei que o mesmo venha à Assembleia Municipal para ser aprovada a proposta de nomeação do auditor externo do Município de Mação, que faz a audição às contas da Câmara. Mais referiu que este executivo entendeu que o auditor que estava deveria continuar porque há aqui um ciclo para fechar e, nesse sentido, o executivo propõe que o auditor continue a ser o Amado & Gomes, Lda. que tem sido responsável pela certificação legal de contas do Município de Mação. Mais referiu que, na perspetiva de fechar um ciclo, o executivo entendeu propor esta nomeação por mais um ano, também por sugestão dos técnicos do serviço para que assim acontecesse.

---O vogal Nuno Barreta interveio para referir que conhece bem os relatórios deste auditor, graças a ele conseguiu fazer centenas de declarações de voto nas reuniões de Câmara e considera que o curioso do trabalho deste auditor é que, ao fim de alguns meses de declarações de voto, apesar de ao fim de oito anos se manterem as mesmas indicações que baseavam a declaração de voto, o texto dele mudou, e deixa este facto à consideração da interpretação de todos. Mais referiu que, se o Sr. Presidente da Câmara se sente confortável para fazer esta nomeação, não será a bancada do Partido Socialista que irá impedir isso. Referiu ainda que, no processo, como é apanágio desta bancada, considera que deveriam vir mais dois orçamentos e nem o orçamento desta empresa foi entregue, resumindo-se apenas a uma informação técnica.

--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que, relativamente a este assunto, considera que é necessário fechar-se um ciclo e o ciclo normalmente fecha-se com quem está e não com quem vem de novo e, portanto, entende que este ciclo deve ser fechado por quem está e há esclarecimentos que este executivo poderá precisar de quem está e é nesse sentido que foi proposta esta nomeação que é de um ano para, como já disse, se fechar um ciclo.

--- Seguidamente o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção a proposta de nomeação do auditor externo do Município de Mação.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.



--- Em seguida o Sr. Presidente da Mesa solicitou a inserção de dois pontos na Ordem de trabalhos desta sessão para serem analisados e votados, que por lapso não foram inseridos atempadamente.

Em seguida colocou à votação a inserção dos dois pontos, que foi aprovada por unanimidade e que são os seguintes:

9) Discussão e votação de autorização de início de procedimento – Processo nº 52/ 2026 - Ajuste direto para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para BTN, BTE e MT, ao abrigo da central nacional de compras públicas.

10) Discussão e votação de autorização de início de procedimento – Processo nº 53/ 2026 – Aquisição de eletricidade em baixa tensão normal (BTN) e baixa tensão normal – Iluminação Pública (mercado regulado)

Em seguida o Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: **9) Discussão e votação de autorização de início de procedimento – Processo nº 52/ 2026 - Ajuste direto para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para BTN, BTE e MT, ao abrigo da central nacional de compras públicas.**

O Sr Presidente da Câmara agradece a possibilidade de integração dos dois pontos na Ordem de Trabalhos. Continuou referindo que o município tem contratos de energia elétrica de baixa e média tensão para iluminação de edifícios e para iluminação pública e os contratos que estão em vigor terminam no dia 30 de junho de 2026, pelo que há necessidade de aprovação desta autorização porque a sessão de junho poderia ser já tarde para se lançar os procedimentos. Mais referiu que este ano foram feitas outras pesquisas a outro tipo de mercados, a outro tipo de empresas fornecedoras de energia elétrica e, dentro daquilo que foi o trabalho desenvolvido, e bem, pelos técnicos, o executivo traz aqui duas propostas muito semelhantes para os diferentes tipos de energia a adquirir para podermos, a partir de junho, ter este procedimento ativo e podermos fazer o processo tranquilamente. Mais referiu a necessidade desta Assembleia aprovar a assunção do compromisso plurianual destes dois procedimentos.

Em seguida, o Técnico Ivo Martins fez uma apresentação técnica sobre os procedimentos em questão.

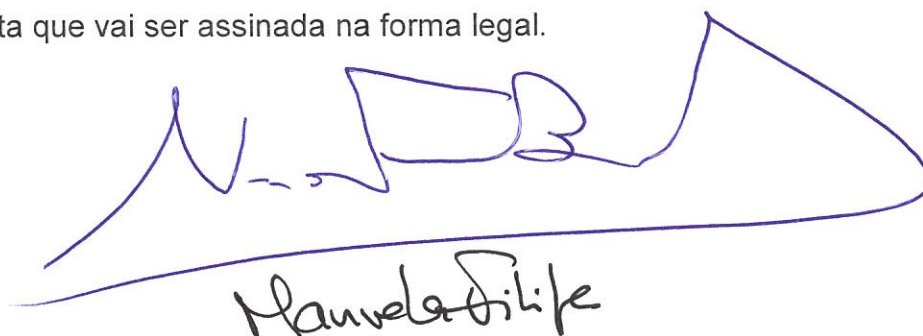
--- Seguidamente o ponto 9) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), conjugado com o nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Baixa Tensão Normal – BTN, Baixa Tensão Especial- BTE e Média Tensão – MT, ao abrigo do acordo quadro da central nacional de compras públicas – CNCM – AQ/105/2024 – Lote 1.

Em seguida o Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 10) da Ordem de Trabalhos: 10) **Discussão e votação de autorização de início de procedimento – Processo nº 53/ 2026 – Aquisição de eletricidade em baixa tensão normal (BTN) e baixa tensão normal – Iluminação Pública (mercado regulado).**

--- Seguidamente o ponto 10) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), conjugado com o nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, para o fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal (btn) e baixa tensão normal – iluminação pública (btn-ip) ao abrigo da portaria 348/2017, de 14 de novembro, alterado pela portaria 6/2021, de 6 de janeiro (mercado regulado).

-----ENCERRAMENTO-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.



Manuela Filipe